



FAZENDO GÊNERO

ANO I Nº 02 OUT/97

Encontro discute educação sexual

Discutir, apontar novos caminhos e promover a educação sexual em Goiás é a proposta do evento, que ocorre em Goiânia

O **I Encontro de Educação Sexual do Estado de Goiás** acontece em Goiânia, nos dias 30 de outubro a 1º de novembro, no auditório do Básico da Universidade Católica de Goiás. Objetiva avaliar as experiências em educação sexual realizadas em Goiânia; proporcionar maior visibilidade destas experiências; traçar estratégias para garantir a implantação

e implementação da educação sexual nas escolas. É dirigido, prioritariamente, a estudantes e profissionais das áreas de saúde e educação.

“Teremos uma rara oportunidade para redescobrir o já dito sobre a educação sexual, para formular novas perguntas e para nos afastarmos, tanto quanto possível, do senso comum,

dando ao tema - e a nós mesmos - novos sentidos”, diz Eliane Gonçalves, integrante do Grupo Transas do Corpo e uma das idealizadoras do evento.

O encontro é uma iniciativa do Grupo Transas do Corpo e conta com o apoio das seguintes organizações: secretarias de Saúde e Educação de Goiânia e de Nerópolis, Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, e universidades Federal e Católica de Goiás.

Consta na programação a realização de conferências, debates e oficinas de vivências. O evento abre espaço ainda para a apresentação de experiências na área, sob a forma de posters ou vídeos.

PROGRAMAÇÃO

30/10

19:30 - Abertura

20:00 - *Sexualidades - Entre o Silêncio e a Palavra* - Naomi de Vasconcelos (RJ)

31/10

08:00 - *Parâmetros Curriculares Nacionais - Educação Sexual na Escola* - Neide Nogueira (SP)

10:00 - *Educação Sexual - Uma Proposta de Educação Continuada* - Silvani Arruda (SP)

14:00 - Grupos de trabalho / oficinas

16:30 - Apresentação dos encaminhamentos dos grupos

01/11

09:00 - *E agora, onde a gente coloca todo este prazer?* - Marcos Ribeiro (RJ)

10:00 - Lançamento de livros

SERVIÇO: Encontro

Data: 30/10 a 01/11/97

Local: Auditório da UCG

Praça Universitária, St. Universitário

Inscrições/Informações: 241-9257

Centro de Estudos e Informação

Interessado(a) em assuntos relativos à educação sexual, sexualidade, direitos reprodutivos e sexuais? Procure o Centro de Estudos e Informação (CEI) do Transas do Corpo, que dispõe de uma biblioteca ampla, com mais de 1.800 documentos, além de videoteca e hemeroteca. Sua última novidade é a venda do catálogo de vídeos para locação. Venha viajar, navegar na informação, no centro de conhecimento.

O endereço do CEI é Rua 137, esq. c/ Av. 85, nº 556, sala 303, St. Marista

Informações:
241-9257 / 241-9617



Oficinas do Encontro

- A Construção da Educação Sexual na Pré-Escola
- Arte e Sexualidade
- Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes
- Educação Sexual em Goiás - Traçando Novos Caminhos
- Mostra de vídeos
- Família e Sexualidade
- Sexo mais Seguro
- Prevenção DST/Aids no Contexto do Abuso de Drogas
- Sexualidade na Adolescência

Infância sem cores

“Criança feliz, feliz a cantar. Alegre a embalar seu sonho infantil...” Seria perfeito se todas crianças assim vivessem.

O retrato da infância no mundo não é tão colorido como pintam: milhares de crianças passam fome, são marginalizadas, exploradas no trabalho, violentadas sexualmente e mortas. Este quadro está em todos os cantos e aparece em todas as classes sociais, sem distinção de etnia, credo.

Fazendo Gênero- Os casos de exploração e a violência sexual contra crianças e adolescentes estão sendo, a cada dia, mais denunciados. Por que essa preocupação só agora?

Joselino Vieira dos Santos - A organização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 85; a aprovação da nova Constituição Federal, em 88; a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 90; a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil, em 93; a cobertura da imprensa nacional (jornalismo investigativo) e a pressão internacional são alguns dos fatores que considero relevantes e que estão contribuindo para dar maior visibilidade para a questão da exploração e violência sexual infanto-juvenil. Estamos com isso iniciando um processo de rompimento do sinistro pacto do silêncio. E mais, buscando a punição dos exploradores.

FG - Este fenômeno se manifestava com maior ou menor frequência no passado?

Santos - Sempre esteve muito presente na história da humanidade. Desde a antiguidade. Mas tudo indica que os casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, aumentaram significativamente a partir da segunda metade dos anos 80.

FG - O que se tem feito no país para combater o problema?

Santos - Foi aprovado e implantado uma nova legislação que, entre outras coisas, define que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, seres em desenvolvimento, com peculiaridades e que devem ser colocados a salvo de toda e qualquer violência e abuso, inclusive a sexual. Criaram-se Comissões Parlamentares de Inquéritos para apurar o fenômeno. Realizaram-se seminários, debates, conferências, estudos e pesquisas, visando uma maior compreensão do problema e a articulação com

outros países para combater o turismo sexual. O lançamento da Campanha Nacional pelo Fim da Exploração e Abuso; a organização de fóruns regionais e municipais que coordenam as ações desta campanha; a centralização das denúncias; a implantação, em várias cidades, de programas e ações voltadas para as famílias, crianças e adolescentes que estão com seus direitos ameaçados e/ou violados também têm contribuído para o fim da violência.

FG - Qual é a situação do Brasil com relação à exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes?

Santos - Atualmente é considerado o "campeão mundial" de casos de exploração e violência sexual. Levantamentos preliminares indicam a existência de 500 mil crianças e adolescentes sendo explorados sexualmente. Com relação ao abuso sexual: cerca de 10% da população são ou foram vitimizados. O turismo sexual tem crescido significativamente, especialmente, nas cidades turísticas do Nordeste. Mas aparece em outras cidades do interior do país com forte apelo turístico. No Centro-Oeste predominam os casos de exploração sexual de meninas nos prostíbulos e vias públicas. Já no Norte do Brasil, além de todos estes casos, existem também denúncias da existência de cárcere privado.

FG - E em Goiás?

Santos - Constatamos a existência do turismo-sexual nas cidades de Caldas Novas, Cidade de Goiás, São Miguel do Araguaia, Britânia,

Parte deste quadro será tratado nesta edição: a violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes. Para falar sobre o tema, *Fazendo Gênero* entrevista o psicólogo e professor da Universidade Católica de Goiás, Joselino Vieira dos Santos, coordenador em Goiás do Fórum pelo Fim da Exploração e Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Ele é também membro do Conselho Consultivo do Transas do Corpo.

Aruaná, dentre outras. Portanto, não é uma realidade apenas das cidades de praia. Nestes locais encontramos meninas "comercializando" o corpo em vias públicas e em prostíbulos. Há casos também de meninas que são "vendidas" por familiares para caminhoneiros envolvidos na rede de exploração sexual.

FG - Como você analisa a seguinte informação: "70% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acontecem em casa e a maioria deles é praticada pelos pais".

Santos - Como um dado terrível da nossa realidade, do cotidiano de

gente presa ao modelo antigo de família: os homens, principalmente, não conseguem acompanhar as mudanças dos papéis sexuais - histórico e socialmente estabelecidos; o poder irrestrito do adulto sobre a criança teima em persistir; e a dominação e exploração do homem sobre a mulher se faz, ainda, no dia-a-dia.

FG - Qual é o objetivo do Fórum Goiano pelo Fim da Exploração e Violência Sexual de crianças e adolescentes?

Santos - Buscar uma articulação permanente das organizações governamentais, não-governamentais, da justiça, da imprensa e da sociedade civil para o desenvolvimento de ações de combate à exploração e violência sexual, de capacitação de profissionais para atendimento dos abusadores e vítimas. Constituir-se numa rede de solidariedade que contraponha a rede de exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes.

FG - O que o Fórum tem feito para enfrentar e combater o problema?

Santos - Além das campanhas de conscientização, veiculadas nos meios de comunicação de massa, o Fórum Goiano pelo Fim da Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenou um mapeamento dos pontos de prostituição de crianças e adolescentes em Goiânia, e uma pesquisa sobre a exploração sexual infanto-juvenil no município. Capacitou educadores para trabalhar a sexualidade dos jovens; participou de conferências regionais e de sessões parlamentares sobre o tema; elaborou proposta da criação de uma delegacia especializada para atender os casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Efetivou o Pacto de Goiás pelo Fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a adesão de vários prefeitos goianos.

Projeto aborda Aids e Drogas

Por que trabalhar a prevenção da Aids - uma Doença Sexualmente Transmissível (DST) - no contexto do uso de drogas?

Porque cada vez mais se faz necessário compreender que este tema requer um envolvimento de toda a sociedade. Porque a discussão sobre drogas e Aids não está mais renegada à guetos de usuários ou grupos de riscos. Porque é do interesse de muita gente. Porque o assunto é cercado de muitos preconceitos e mitos. Porque temos que prevenir contra o mal que elas podem trazer para a saúde.

Pensando nessas respostas, o *Projeto Parcerias*, desenvolvido pelo Grupo Transas do Corpo, criou, no semestre passado, um espaço de discussão sobre estes temas, objetivando fundamentalmente prevenir o abuso de drogas e a transmissão do HIV e de outras DST.

É dirigido preferencialmente aos adolescentes e desenvolvido em escolas da rede pública e privada. Até o final do ano o *Parcerias* pretende atingir 250 jovens.

Aborto é tema de pesquisa na capital

Lenise Borges *

A pesquisa "*Seguimento do Programa de Ação da Conferência de População e Desenvolvimento*. (Cairo-1995) - *Brasil - FUNUAP/Nova York*" visa analisar a qualidade de serviço de aborto em cinco cidades brasileiras e seu impacto sobre a mortalidade materna. A coordenação está a cargo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Em Goiânia este trabalho vem sendo coordenado pelo Grupo Transas do Corpo e IPTSP/UFG (Inst. de Patologia Tropical e Saúde Pública).

Dados coletados junto ao Comitê de Morte Materna, DATASUS e Hospital Materno Infantil (SUS-GO) revelaram que a mortalidade materna em Goiás no ano de 1995 foi de 27 óbitos por 37 mil partos (normais e cesarianas), sendo que cinco ocorreram na Capital e 22 no interior do Estado. Deste total, uma morte foi causada por aborto.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o coeficiente de morte materna aceitável é de 20 mortes por 100.000 nascidos vivos. Em Goiás, chegaram-se a 40,4 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, representando o dobro do coeficiente aceitável. Nos chamaram a atenção um fato preocupante: a mortalidade materna têm causas evitáveis (hemorragia, infecção, Doença Hipertensiva Específica de Gravidez (D.H.E.G.), embolia e aborto).

Outro dado que despertou atenção é o número inexpressivo de óbitos por aborto (um). Este resultado nos remetem a algumas hipóteses:

- O Comitê de Morte Materna não está desempenhando adequadamente sua função de investigação dos óbitos;
- O uso do Citotec tem reduzido o número de abortos;
- O planejamento familiar, aliado às altas taxas de laqueadura, tem diminuído as chances de gravidez indesejada e, por consequência, a prática do aborto.

Estudo de caso realizado no Hospi-

tal Materno Infantil, visando a análise das condições e a qualidade do atendimento nos casos de aborto incompleto, nos revelou que:

- O atendimento é feito de forma precária e restringe-se a procedimentos médicos, ignorando aspectos psicológicos e sociais;
- A AMIU (Aspiração Manual-Intrauterina), implantada em 1996, acontece parcialmente, devido a resistência da direção. Mesmo assim, a técnica está dis-

tante dos critérios preconizados pela AMIU: valorização do trabalho multiprofissional, atendimento humanizado, planejamento familiar como fator de empoderamento para que as mulheres possam evitar a gravidez indesejada;

- Falta de pessoal qualificado e grande volume de trabalho continuam sendo entraves para uma melhoria na qualidade de atendimento.

*Lenise é coordenadora da pesquisa em Goiás

Teen fala sobre sexualidade

Andréia Paula Silva completou 20 anos no mês passado. Hoje, afirma que se sente preparada para uma relação sexual. "Conheço mais meu corpo, minha sexualidade. Tenho consciência da importância da educação sexual e do uso dos métodos contraceptivos", diz.

Segundo Andréia, grande parte destas informações obteve quando participou dos encontros semanais do projeto *Fala Teen* (de educação sexual), coordenado pelo Grupo Transas do Corpo. Isso foi em abril último - quando ainda integrava a turma dos *teen*.

O *Fala Teen*, dirigido para adolescentes de 14 a 19 anos, começou em março deste ano e prossegue até o final de 1998. Objetiva criar um espaço de discussão, reflexão, vivência, troca de experiência e informações sobre a sexualidade. Os participantes têm acesso a livros, revistas e vídeos específicos sobre o tema, além de receberem orientação especializada.

Durante os seis meses, o projeto atingiu centenas de adolescentes de todas as idades, cores, credos, tribos. Vinham de escolas particulares e públicas, de organizações não-governamentais de atendimento a adolescentes carentes ou em situação de risco.

Os temas trabalhados nos encontros foram sexualidade, iniciação sexual, métodos contraceptivos, gravidez, aborto e namoro.



Contraceção de Emergência

Kemle Semerene Costa e Gelva Costa *

"Anticoncepcionais de emergência são métodos que podem ser usados após o coito para prevenir uma gravidez indesejada. No Brasil ainda há um número significativo de mulheres que estão expostas à gravidez indesejada, seja pelo uso inadequado (ou não uso) de métodos anticoncepcionais, pela falta de conhecimentos ou acesso aos mesmos, ou por inúmeras outras razões, incluindo casos em que a mulher é vítima de violência sexual (estupro). As mulheres deveriam ter acesso a métodos eficazes e seguros para prevenir a gravidez indesejada e subseqüentes abortos provocados. Dentro desse contexto o uso da anticoncepção de emergência poderia ter importante lugar entre outras opções anticoncepcionais já utilizadas no país".

O texto acima foi retirado do relatório final da *I Oficina Brasileira sobre Anticoncepção de Emergência - Um grupo de consulta para o seu uso no Brasil*, realizada em Brasília, no período de 13 a 15 de março/96, promovida pela *Population Council* e Ministério da Saúde. Estiveram presentes organizações governamentais e não-governamentais de todo o país que trabalham com saúde da mulher.

Participante do evento, o Grupo Transas do Corpo trouxe para Goiás uma maior reflexão sobre o assunto. Isso culminou na implantação do serviço de contraceção de emergência nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde

de Goiânia a partir de novembro de 96, nos casos de violência sexual (estupro).

Já se faz antiga a utilização da contraceção de emergência na prática médica brasileira, mas só recentemente, impulsionada pela I Oficina, é que foi oficializada pelo Ministério da Saúde. Está inserida nas atividades previstas pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado pelo Governo Federal em 1983 e implantado em Goiás, na Secretaria de Saúde do Estado, em 1984.

Depois de mais de uma década, o PAISM, apesar de praticamente desestruturado, ainda é atual e necessário para a garantia de uma assistência

integral à saúde das mulheres. Prioriza - entre outros aspectos - a opção de ter ou não ter filhos, por meio da utilização de métodos contraceptivos eficazes que não causem danos à saúde. Essa proposta visa desvincular a procriação do exercício da sexualidade.

Neste exercício de resgatar e respeitar os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, as atividades devem estar vinculadas a um processo educativo, em que a participação é a tônica. Isso possibilita a troca de experiências e conhecimentos essenciais para a conservação da saúde, preservando assim, o direito à informação.

Tendo em vista o quadro epidemiológico da população

feminina - determinado pela especificidade do gênero, que revela elevadas taxas de morbimortalidade materna, por câncer cévico uterino e de mama, entre outros aspectos -, faz-se urgente resgatar a implementação das atividades do PAISM nas unidades de todo o Estado. Isso possibilitará às mulheres, entre outros recursos, o acesso aos diversos métodos contraceptivos, inclusive os de emergência, independente dos motivos que as levaram a prevenir uma gravidez indesejada e um abortamento futuro.

Kemle Semerene Costa e Gelva Costa são técnicas do Grupo Transas do Corpo.

"Transas" distribui material educativo

Para destacar - e efetivar em Goiás - o direito da realização do aborto nos casos previstos em lei, legitimado há mais de cinquenta anos pelo Código Penal Brasileiro, o Grupo Transas do Corpo produziu dois materiais informativos: um aborda o "Aborto Previsto em Lei" e outro "Contraceção de Emergência" (ou Pílula do Dia Seguinte).

O lançamento deste dois panfletos ocorreu no dia 28 de setembro - quando se comemora o Dia pela Despenalização do Aborto na América Latina e no Caribe. É dirigido, preferencialmente, às mulheres e será entregue nos postos de saúde da rede estadual e municipal, e também na Delegacia de Defesa da Mulher. O Transas espera esclarecer e orientar a população feminina sobre seus direitos.

O panfleto sobre a contraceção de emergência fala de um direito efetivado em Goiânia em 1996. Também conhecida como pílula do dia seguinte, é distribuída nas unidades de saúde da Prefeitura da Capital e indicado para as vítimas de estupro ou para casos de falhas de métodos anticoncepcionais.

O material diz que a contraceção de emergência evita a gravidez em 75% dos casos se utilizado até 72 horas após a relação sexual.

Direitos Reprodutivos

"Os direitos reprodutivos e sexuais são direitos inalienáveis e inseparáveis de direitos básicos tais como o direito à alimentação, à saúde, à moradia, à educação e à participação política. Direitos reprodutivos incluem questões como o acesso à anticoncepção segura e efetiva; uma gravidez e um parto controlados pela mulher; tratamento seguro para a infertilidade; aborto seguro e legal; informação completa sobre a sexualidade; a reprodução e a saúde reprodutiva; liberdade de expressar a sexualidade em condições seguras, dignas e prazerosas, assim como o direito de não sofrer violência, abuso ou coerção sexual ou corporal."



Pílula: um dos panfletos educativos



Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Equipe Técnica:

Eliane Gonçalves
Educatora e sanitarista;
Gelva M. M. Costa
Assistente social;
Kemle Semerene Costa
Nutricionista e sanitarista;
Lenise Santana Borges
Psicóloga e sanitarista;
Rurany Ester Silva
Assistente social e sanitarista

Jornalista responsável:
Maria Glória (831/04/120v)
Editoração:
Carla de Abreu (223-0566)

Rua 137 esquina com Av. 85,
nº 556, salas 301-303,
St. Marista. Goiânia - Goiás
CEP 74.170-120
Fone: 241-5297
Fone/fax: 241-9617
E-mail: transas@nutecnet.com.br